

FENEI

FEDERAÇÃO NACIONAL DO ENSINO E INVESTIGAÇÃO

**PARA:** Órgãos de Comunicação Social

**Data:** Lisboa, 3 de Julho de 2009

**N.º de págs.** 3

**Assunto:** COMUNICADO DE IMPRENSA: “Balanço do  
Ano Lectivo de 2008/09

**A REFORMA DA EDUCAÇÃO NÃO  
PASSA DE UMA CONTRA-REFORMA!”**

Junto remetemos Comunicado de Imprensa, para o qual se solicita a V. atenção.

GABINETE DE IMPRENSA DA FENEI/SINDEP

Presidente da Direcção – **Dr. Carlos Chagas**

(Contactos: 21 393 10 14 / 91 491 83 65 / 91 888 01 74)

**MORADA:** Rua Domingos Sequeira, N.º 66 – 4.º Esq.do – 1350-122 LISBOA

**TLF. :** 21 393 10 10

**FAX:** 21 393 10 11

**E-MAILS:** [gab.imprensa.fenei.sindep@gmail.com](mailto:gab.imprensa.fenei.sindep@gmail.com) / [sindep@netcabo.pt](mailto:sindep@netcabo.pt)

# COMUNICADO DE IMPRENSA

---

Balanço do Ano Lectivo de 2008/09

## A REFORMA DA EDUCAÇÃO NÃO PASSA DE UMA CONTRA-REFORMA!

A política educativa, desenvolvida pelo actual Governo, durante esta legislatura traduziu-se unicamente numa **afronta deliberada à classe docente e não numa reforma essencial sobre a qualidade das aprendizagens**, nomeadamente, os *curricula*, os programas, as metodologias e, também, sobre a reorganização e autonomia da escola no seu sentido mais amplo.

Em consequência disso, o Ministério da Educação (ME) lançou, logo no início, um ataque global e depreciativo ao exercício da actividade docente. Tentava, assim, desmotivar, degradar e desacreditar o clima nas escolas e introduzir e garantir um ambiente mais favorável para que a contra-reforma aplicada aos docentes, no sentido da desvalorização do seu profissionalismo, fosse mais eficaz e possível.

A sua proposição de contra-reforma visou, directamente, a classe através da revisão do Estatuto da Carreira Docente, criando, logo à partida, duas categorias distintas na carreira dos professores. Estas categorias distinguem o carácter funcional da profissão, as remunerações e, mais grave ainda, admitem a imposição de quotas e vagas a determinar pelo Governo para o acesso à segunda categoria.

Acresce a atribuição de classificações de mérito na avaliação dos docentes, com quotas por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, o que não promove o mérito, mas coloca em desigualdade, o que à partida, deveria estar em igualdade de circunstâncias.

A gestão e administração escolar sofre também uma alteração de fundo, ao introduzir-se efeitos de progressão na carreira com funções de gestão, isto é, os professores titulares são, para o efeito, coordenadores/avaliadores dos departamentos. Neste misto de carreira/gestão, o ME transformou os grupos de docência em “mega” departamentos, onde a categoria de professor titular o coloca a avaliar docentes com formações científicas totalmente diferentes.

Isto leva, de imediato, a equacionar a qualidade e a isenção na avaliação, na qual o ME introduz excesso de burocracia que sobrecarrega os docentes, num período crítico do processo educativo, ou seja, no final do ano lectivo aquando das avaliações dos alunos.

Nesta contra-reforma, assistimos, ainda, à aplicação de um novo Estatuto do Aluno, que se enforma num processo de facilitismo e numa total desresponsabilização dos alunos e encarregados de educação, face à falta de assiduidade dos mesmos.

Junte-se, a todos estes factores, a vertente de propaganda do Governo, assente no mito da avaliação do sistema educativo, no combate ao insucesso e abandono escolar, nas actividades de enriquecimento curricular, nas novas oportunidades, na proliferação das novas tecnologias. Tudo isto com o intuito de **responder às estatísticas internacionais em detrimento da qualidade do ensino e da formação**.

Todavia, não se apostou na formação contínua dos professores como forma de responder às necessidades e à própria orgânica das novas tecnologias introduzidas nas escolas. Assistimos a uma distribuição exuberante de materiais informáticos nas escolas, sem que tivesse havido adequação formativa dos diferentes actores educativos.

Em resumo, o ME não foi capaz de apostar numa melhoria efectiva da qualidade da educação, da organização das escolas, da adaptação curricular do ensino em geral, da motivação do corpo docente, bem como na consciencialização dos alunos para uma boa aprendizagem como factor de sucesso.

A FENEI/SINDEP entende que a contra-reforma do ME foi consequência da descredibilização do ensino, o que vai levar a sociedade civil, num futuro próximo, a exigir mais e melhor educação/formação, como único capital capaz de salvaguardar a sociedade portuguesa na crise social, estrutural e económica em que nos encontramos.

**FIM**

Lisboa, 3 de Julho de 2009

O Presidente da FENEI  
e Secretário-Geral do SINDEP

*Carlos Chagas*